

J.S. NOTÍCIAS

Sala da Mulher Empreendedora completa 4 mil atendimentos desde sua fundação

FOTO: DIVULGAÇÃO



Pgs.. 14 a 15

Pgs. 02 e 03

Piso da Enfermagem: 2024 começa ainda sem acordo sobre salário da categoria

Pgs. 12 e 13

PRF encerra Operação Ano Novo com queda no número de mortes nas BRs baianas

Série “Concertos Natalinos Pela Paz” encerra com apresentações nesta sexta e sábado, no Alto Maron (5) e no Centro de Cultura (6)

Pg 11

Expediente

Piso da Enfermagem: 2024 começa ainda sem acordo sobre salário da categoria

Os profissionais encerraram o ano de 2023 sem conseguir implementar os valores para todo o setor. Discussão segue no Tribunal Superior do Trabalho



LÍVIA AZEVEDO- AGÊNCIA BRASIL 61
agenciadoradio@agenciadoradio.com.br

Os enfermeiros, técnicos em enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras de todo o país começam o ano de 2024 sem um acordo sobre a implementação do valor do piso salarial da categoria. Ao longo do ano de 2023, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) foi chamado pela Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) — que representa a categoria patronal de estabelecimentos privados de saúde —, para mediar a situação. Vários encontros foram feitos, mas sem solução.

No momento, ainda existe uma proposta em aberto no TST. Na última reunião, a CNSaúde entregou o documento ao tribunal, que já repassou para os profissionais do setor. No entanto, segundo informações do próprio TST, as entidades de representação dos trabalhadores da saúde ainda não responderam. Eles estão analisando o que foi sugerido criando, assim, uma expectativa a respeito do assunto — se irá ou não ser encerrado definitivamente no ano que começa.

Na opinião do presidente da CNSaúde, Breno Monteiro, o problema já poderia ter sido resolvido se, desde o processo legislativo, existisse um cuidado para se identificar as possibilidades e a viabilidade para efetuar o pagamento. “O impacto era de mais de R\$ 16 bilhões para o pagamento do piso e obviamente isso num custo muito alto, de acréscimo em folha de pagamento para o serviço de saúde — e a gente não conseguiu ainda”, pontua.

A última proposta apresentada pela CNSaúde foi rejeitada pelo próprio TST. A entidade patronal sugeriu o parcelamento dos reajustes por um prazo de até 3 anos. Ela foi considerada, pelo tribunal, incapaz de atender aos interesses da enfermagem e descartada pelo TST sem passar pelos representantes da categoria. Os profissionais consideraram as negociações uma tentativa de protelar a remuneração aprovada como lei e integrada à Constituição.

Jornal do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

@jsudoestebahia
@jornaldosudoeste

Jornal do Sudoeste
Jornal do Sudoeste

Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
Cnpj: 36.607.622/0001-20
LM Sudoeste Comunicação Ltda
Cnpj: 11.535.761/0001-64
Publicado desde 1998

Conselho Editorial

Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

Editor-Chefe/Coordenador de Redação

Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283
editor@jornaldosudoeste.com

Redatora-Chefe Adjunta

Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Gabriela Costa Matias

(77) 99997-5679
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Reportagem

Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997
Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

Social Media

Mariana Almeida da Costa Silva
(77) 99857-7493
socialmedia@jornaldosudoeste.com

Diagramação/Fotografia/Edição de Imagens/arte final

Evandro Maciel Miranda Miguel
(77) 99805-3982
diagramacao@jornaldosudoeste.com

Corrija o JS

erramos@jornaldosudoeste.com

Administração - Atendimento ao Cliente

Maira Bernardes Pinto
(77) 3441-7081
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

Redação Telefone

(77) 3441-7081
(77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com
Telefone: (77) 3441-7081 - 99804-5635
WhatsAaP: (77) 99804-5635
E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com
Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

Para o conselheiro do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) Daniel Menezes, este ano precisa ser decisivo. Ele diz que não cabem mais tantas negociações. "Para 2024, a gente já sabe que está no orçamento da União o valor do custeio necessário, aquele que foi instituído na medida provisória, na emenda 127, para fazer o repasse às instituições públicas, todos os entes federados, filantrópicas, santas casas e aqueles que atendem pelo menos 60% do SUS."

O conselheiro reconhece que o ano de 2023 foi importante para a implementação do piso da categoria, mas admite que o cenário ainda não é favorável para todos. "A nossa expectativa é que a gente consiga fazer a implementação a 100%. Então, toda essa luta de 2023, ela continuará em 2024", avalia.

Impasse no STF

A situação também foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), com o julgamento dos embargos de declaração referentes à decisão que estabeleceu critérios específicos para o pagamento do piso salarial dos profissionais da enfermagem. O plenário do STF concluiu, em sessão virtual, que a implementação do piso, em relação aos profissionais celetistas em geral, deve ocorrer de forma regionalizada, por meio de negociação coletiva nas diferentes bases territoriais e nas respectivas datas-bases.

Conforme a decisão, o entendimento foi que deve prevalecer o negociado sobre o legislado, tendo em vista a preocupação com eventuais demissões e o caráter essencial do serviço de saúde.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) alerta sobre a importância de os gestores municipais continuarem atentos às novas orientações que podem decorrer após a decisão do STF. Segundo a CNM, com a rejeição dos embargos de declaração que foram apresentados pela confederação, algumas questões não foram esclarecidas, a exemplo do custeio dos encargos legais, atualmente suportados pelos municípios e com impactos financeiros significativos que merecem atenção.

Na opinião do advogado especialista em direito da saúde Josenir Teixeira, a lei já existe há meses, a situação é bem delicada de se resolver. "Os trabalhadores querem receber exatamente o que a lei prevê e os empregadores não possuem dinheiro para pagar, sendo que o repasse do governo será insuficiente para isso", avalia.

De acordo com a legislação e nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal, o piso é de R\$ 4.750 para enfermeiras e enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicas e técnicos e R\$ 2.375, para auxiliares e parteiras.



Óticas Carol

TANQUE NOVO - BA
Av. Castro Alves, s/nº, Centro, próximo a Praça da Feira.

IGAPORÃ - BA
Rua sete de Setembro, nº 33, Centro, ao lado da Coelba.

SERRA DO RAMALHO - BA
Av. Sul, Centro, ao lado da Construbahia.

(77) 981690671

Proprietário: [Gilvanio Rocha da Silva](#)

Brasil reverte trajetória de queda nas coberturas vacinais em 2023

Com esse resultado, o país conseguiu alcançar 95% da meta de imunização de crianças até um ano em 2023

FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



LÍVIA AZEVEDO - AGÊNCIA BRASIL

agenciadoradio@agenciadoradio.com.br

A cobertura vacinal entre crianças parou de cair em 2023. As informações são do Ministério da Saúde. De acordo com a pasta, os números ainda são preliminares, mas a tendência é que a cobertura registre novo aumento. Os técnicos observaram que, desde 2016, o Brasil vinha registrando quedas na cobertura vacinal. Para alcançar esse resultado, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, diz que foi adotada uma estratégia de regionalização, mas que precisa continuar para que os números melhorem ainda mais.

“Avançamos, mas há muitos desafios pela frente. Mas esse avanço é decisivo e significativo para o Brasil, que já tem 50 anos do seu Programa Nacional de Imunizações, recupere a sua cultura de imunização, motivo de orgulho para o país e de reconhecimento internacional”, destaca.

As equipes do Programa Nacional de Imunizações (PNI) percorreram o Brasil, ao longo do ano, realizando oficinas com as secretarias de saúde e buscando soluções viáveis para a realidade de cada local. A imunização extramuros, ampliação do horário das salas de imunização e busca ativa de não vacinados são algumas das estratégias realizadas.

Vacinas que se destacaram

Conforme o Ministério da Saúde, houve melhora dos índices vacinais para a DTP em todas as unidades da federação. Além disso, 26 unidades federativas aumentaram a cobertura contra a poliomielite e da primeira

dose da tríplice viral. Também 24 estados tiveram alta na cobertura contra a hepatite A, meningocócica e segunda dose de tríplice viral; e 23 melhoraram a cobertura da vacina pneumocócica. Das oito vacinas recomendadas em um ano de idade, sete apresentaram aumento das suas coberturas vacinais em 2023.

Entre os estados, o Piauí teve como destaque a aplicação da primeira dose de vacina tríplice viral, passando de 82,8% para 97,8%, assim como da poliomielite, que passou de 75,9% para 89,9%, e da DTP, que de 73,1% saltou para 92,8%. O Espírito Santo também mostrou bom resultado na cobertura da meningocócica e Sergipe e Rio Grande do Norte ampliaram a imunização contra a febre amarela. Rondônia também ficou em evidência com a primeira dose de tríplice viral, que passou de 89,2% para 99,6%, atingindo a meta preconizada.

Importância da vacinação

De acordo com o médico infectologista Hemerson Luz, as pessoas precisam ter consciência da importância da vacinação: "Vacinar é um ato de proteção, um ato de amor, para com aquelas pessoas que estão mais sensíveis, mais vulneráveis, como crianças, idosos, para impedir que doenças que são preveníveis com a vacina, voltem a assolar nossa sociedade", lembra.

O médico Julival Ribeiro, que também é infectologista, ainda acrescenta. "As autoridades sanitárias, o Ministério da Saúde e todos os órgãos envolvidos na área devem cada vez mais alertar a população da importância da vacinação para que alcancemos o melhor nível de vacinação, como já foi em épocas anteriores", salienta.

Ele ainda reforça: "As vacinas mais importantes são distribuídas gratuitamente pelo Ministério da Saúde. E outras as pessoas podem tomar em locais privados que forneçam a vacina", informa.

O Ministério da Saúde pretende repassar mais de R\$ 151 milhões para ações regionais nos estados e municípios e para o lançamento do programa Saúde com Ciência.

crédito: eva darron | unsplash

QUEM NÃO QUER VIAJAR PAGANDO BARATO?

Passagens Imperdíveis:
promoções de passagens aéreas
nacionais e internacionais

Baixe nosso aplicativo grátis: **Passagens Imperdíveis** 

◆ CHUVA

Como acabar com insetos e ratos e os cuidados ao fazer dedetização

Especialistas alertam para os riscos da utilização de praguicidas por conta própria e a contratação de empresas especializadas em controle de pragas e vetores urbanos

FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



LÍVIA AZEVEDO - AGÊNCIA BRASIL
agenciadoradio@agenciadoradio.com.br

Insetos, baratas e ratos. Visitantes indesejados, que aumentam com a chegada do período de chuvas. A combinação de água acumulada, lixo e falta de infraestrutura favorece o aparecimento das pragas.

Segundo o vice-presidente executivo da Associação dos Controladores de Vetores e Pragas Urbanas (Aprag), Sérgio dos Santos Bocalini, é possível evitar, em algumas situações, o acesso desses animais, principalmente em se tratando dos roedores.

“Barreiras físicas como o uso de borrachões nos portões, na parte de baixo, rodos em portas, tudo isso vai impedir a passagem desses animais. No caso de roedores, se for no caso de indústrias onde tem alambrado, colocar telas com malhas menores. No caso de baratas e escorpiões, o uso de ralos com o sistema abre e fecha”, pontua.

Quem realiza esse tipo de serviço diariamente revela que existem situações complicadas, como conta Walerio Rodrigues, da C3 Dedetizadora. “A gente faz muita dedetização diariamente. A gente visita muitos lares, muitos condomínios, muitos estabelecimentos do ramo alimentício. E o que a gente tem notado, infelizmente, é meio que um acúmulo de lixo, indevido. Então, antes de tudo, tem que ser feito um manejo ambiental dentro da residência”, destaca.

Cuidado com empresas e produtos

Mesmo que as empresas de dedetização representem um papel relevante nos cuidados, o vice-presidente executivo da Aprag faz um alerta. “Antes de fazer a contratação, as pessoas precisam ficar atentas para checar se é uma empresa licenciada, se está autorizada

através dos órgãos competentes, se estão totalmente regularizadas junto a esses órgãos. E se possuem também responsáveis técnicos ligados ao Conselho Regional da sua categoria”, explica.

Além disso, Sérgio dos Santos Bocalini lembra que as pessoas não devem usar esses produtos deliberadamente. “Existe o risco do manuseio, do uso indevido, inadequado de produtos, que não deixam de ser produtos químicos e se não aplicados da forma adequada em pontos estratégicos causando intoxicações”, informa.

Ele ainda alerta para produtos irregulares e que não têm licença para serem comercializados. “O chumbinho, raticida líquido, todos esses produtos oferecem um risco muito alto de intoxicação e morte para quem faz a utilização ou outras pessoas ou animais que venham a ter contato com esses produtos”, destaca.

De acordo com Guillermo Glassman, sócio da SPLaw, doutor em direito pela PUC-SP e pós-doutorando pela USP, nesse cenário, é natural que existam empresas sérias e outras nem tanto. Por isso, ele vê a necessidade de controle pelos órgãos públicos competentes.

“A atividade de controle de pragas no Brasil é bastante regulada e um dos controles definidos em linha é o dos conselhos de classe, como os conselhos regionais de química. As empresas, em geral, devem estar registradas no conselho de classe correspondendo à sua atividade principal”, afirma.

Caso a pessoa que contratou o serviço passar por algum problema, o advogado orienta: “Nas obrigações contratuais, se caso existir algum dano concreto, tem que buscar uma indenização correspondente, o que provavelmente implicará a necessidade de ajustamento de uma ação especificamente para isso”, salienta.



NOTA DE REPÚDIO

A Prefeitura Municipal de Rio de Contas torna público o seu repúdio à sistemática campanha difamatória do blog denominado Jornal Eco, que, de maneira criminosa e em violação e abuso ao princípio constitucional da liberdade de expressão, vem divulgando afirmações mentirosas, dirigidas à gestão municipal, promovendo ostensivamente a prática da desinformação política e da fake news em relação à gestão Municipal.

Diante desta escalada de ofensas, amplamente divulgadas pela internet, esclarecemos que as informações maliciosas proferidas pelo blog Jornal Eco extrapolam o direito à liberdade de expressão, quando afirmam que o Prefeito Municipal estaria sendo “permissivo a prática de crimes nas dependências do poder público municipal” (sic). Tais acusações serão repelidas judicialmente, na mesma proporção da injuriosa e caluniosa publicação, na forma definida pelo STF – Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1075412, com tese de Repercussão Geral.

Aproveitamos também esta Nota de Repúdio para lembrar que Rio de Contas é um município de pessoas sérias, trabalhadoras e pacíficas, que historicamente não compactuam com a prática da mentira e da violência.

Finalizando, por entendermos que as agressões contra a Prefeitura Municipal de Rio de Contas são agressões também contra todo o nosso povo, reiteramos que promoveremos as medidas judiciais cabíveis para que a mentira não prevaleça e para que o nosso município continue vivendo momentos de paz e de respeito!

Dr. Cristiano Azevedo
Prefeito Municipal de Rio de Contas

Como pagar as contas do começo do ano; especialista dá dicas de planejamento

Especialista orienta contribuintes sobre as melhores estratégias para quitar impostos e despesas que costumam se acumular nos primeiros meses do ano

FOTO: WAYHOMESTUDIO/FREEPIK



FELIPE MOURA

agenciadoradio@agenciadoradio.com.br

Imposto de Renda, IPVA, IPTU e material escolar costumam pressionar o orçamento das famílias brasileiras nos primeiros meses do ano. Pagar todos os impostos exige não apenas planejamento das famílias, mas inteligência na hora de definir prioridades.

Segundo o educador financeiro Jônatas Bueno, é preciso estar atento às condições de pagamento que o governo – seja ele federal, estadual ou municipal – oferece antes de quitar os impostos.

"Tem que se pensar: 'em qual dessas obrigações eu consigo ter o maior desconto se eu pagar à vista?'. Por quê? Se a pessoa não consegue pagar todas as obrigações, ela vai escolher uma ou algumas delas, para deixar as outras de lado, que vão ser parceladas. Então, ela tem que entender que o melhor para ela pagar à vista é a obrigação que tem maior desconto", recomenda.

Há estados que oferecem descontos de até 28% no valor total do IPVA para os contribuintes que efetuam o pagamento à vista, por exemplo.

Se não houver possibilidade de pagar as despesas à vista, Bueno orienta o cidadão a buscar o parcelamento junto aos órgãos competentes, mas sempre no menor número de vezes possível. "O governo, geralmente, é implacável para cobrar as suas dívidas. Uma parcela que fica atrasada costuma negativar o nome, dar

restrições no CPF e os juros são altíssimos. Não é interessante que você fique com essa dívida por longos períodos", diz.

Dividir essas despesas em várias parcelas pode ser a única alternativa para várias famílias não ficarem inadimplentes, mas, para quem tem opção, é importante evitar o alongamento dos débitos. "Vamos considerar que a pessoa parcele todas as obrigações do início do ano. Ela vai ter um peso muito grande ao longo dos primeiros meses."

Mapeamento de receitas

Para o educador financeiro, montar a chamada "reserva de emergência" ao longo do ano é a melhor estratégia para o brasileiro conseguir lidar com o volume de tributos e despesas que ocorrem no início de cada ano. "É interessante que exista uma reserva, por mais que se comece com R\$ 50 por mês, porque, além dos gastos extras, como IPTU, IPVA, seguro do automóvel, podem acontecer imprevistos que podem necessitar de um gasto maior que o salário da pessoa consegue suportar", diz.

No entanto, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), apenas três em cada dez brasileiros conseguem poupar dinheiro no fim do mês. Se não há poupança, pode-se buscar renda extra ou fazer um mapeamento de recursos que podem entrar ao longo dos meses, como a restituição do IR ou antecipação do 13º salário, orienta o especialista.

IPVA 2024: ES tem desconto de 15% à vista; confira dedução máxima em SP, RJ e MG Reforma tributária: quais são os novos impostos e quando começam a valer?

Venha conhecer

O nosso novo espaço!

Rua Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01 – Centro

Sênior Clínica

 (77) 3441-6853

 (77) 9 9957-6500



adm.realizaseguros@gmail.com

operacional.realizaseguros@gmail.com

gislanageraliza@hotmail.com

◆ ELEIÇÕES

Eleições municipais 2024: Dívidas dos municípios ameaçam reeleição de prefeitos, que podem se tornar "ficha suja"

Cerca de 27% dos prefeitos estão no vermelho, segundo a CNM; confira a análise do cientista político Valdir Pucci e o alerta do presidente da entidade, Paulo Ziulkoski

FOTO: DIVULGAÇÃO/APRECE

JOSÉ ROBERTO AZAMBUJA

agenciabrasil.ebc.com.br

Mesmo com o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) repassado às prefeituras em dezembro, boa parte dos executivos municipais ainda enfrenta dívidas. De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), pelo menos 27% dos prefeitos terminaram o ano no vermelho. É o que aponta o estudo feito pela entidade em dezembro, quando a Confederação ouviu mais de 80% dos prefeitos brasileiros.



Tradicionalmente, em ano eleitoral, os rombos nas contas públicas obrigam os próximos eleitos a herdarem dívidas e demandas da população não atendidas pelos mandatários anteriores. Ao iniciar 2024, as dívidas também podem dificultar a reeleição de muitos prefeitos ou, ainda, atrapalhar a eleição dos candidatos apoiados por gestores municipais que estiverem nesta situação.

“No aspecto político, se o prefeito tem boa popularidade, possivelmente vai tentar a reeleição – independente de conseguir ou não honrar com as contas públicas do município”, analisa o cientista político Valdir Pucci, professor da Faculdade Republicana de Brasília.

Mas Pucci adverte que as dívidas contraídas pelos municípios podem provocar o enquadramento dos prefeitos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), fazendo com que eles se tornem “ficha suja”.

“Agora, se a gente for olhar pelo aspecto fiscal da questão, aí sim, eu acredito que os prefeitos possam, inclusive, evitar de se candidatarem, justamente porque lá na frente eles terão que responder pela LRF”, acrescenta o cientista político.

Risco de ficha suja

Para o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, a grande preocupação dos prefeitos que se encontram no vermelho deveria ser o risco de se tornarem ficha suja. O líder municipalista afirmou recentemente à reportagem do Brasil 61, que este risco existe e é eminente para muitos prefeitos, por causa do endividamento de seus municípios.

“Há uma progressão quase contínua no déficit público, onde os municípios arrecadam cada vez menos e continuam com a despesa aumentando muito”, informa o líder nacional dos gestores. Segundo ele, “o custeio é o principal elemento que detona essa crise e a despesa de pessoal”, avalia.

“É quase uma tempestade perfeita: cerca de 51 % dos municípios do Brasil mostram claramente essa evolução negativa, a receita caindo e a despesa aumentando”, revela Ziulkoski, esclarecendo que milhares de municípios não encontram solução, “porque não têm base de arrecadação”.

“A legislação é muito séria, [os prefeitos] vão ter as contas rejeitadas, vão se tornar ficha suja, a maioria, se não olhar melhor essa situação”, alerta o presidente da entidade. “Então, a tendência é aprofundar esta crise”, conclui.

◆ ARTE E CULTURA

Série “Concertos Natalinos Pela Paz” encerra com apresentações nesta sexta e sábado, no Alto Maron (5) e no Centro de Cultura (6)

No Camillo de Jesus Lima, a programação contará com o lançamento do livro “Tropas e Tropeiros no Alto Sertão Baiano, Século XIX”, de Jurema Paes, editado pela ALBA

◆ **ELTON BECHKER SALGADO - ASCOM**

<https://www.instagram.com/eltonbeckers.salgado/>

Depois de passar pelos Distritos de José Gonçalves, São João da Vitória, Inhobim e Dantilândia e os Bairros Brasil, Nova Cidade, Patagônia e Urbis VI; finalmente a Orquestra Conquista Sinfônica chega ao Alto Maron, nesta sexta-feira, 5 de janeiro.

Com regência do renomado maestro João Omar, a apresentação está marcada para às 19h00, na Feira do Alto Maron.

No dia seguinte, 6 de janeiro, o Concerto será apresentado na Concha Acústica do Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima, com programação prevista para começar às 18h00; pois contará também com o lançamento do livro “Tropas e Tropeiros no Alto Sertão Baiano, Século XIX”, da pesquisadora e cantora Jurema Paes.

A obra analisa a história social da formação do tropeirismo no Alto Sertão baiano e procura identificar o cotidiano tropeiro e as relações que se estabeleceram, sobretudo entre aqueles que faziam o roteiro do litoral às cidades do Rio de Contas e Caetité.

Fruto de uma dissertação apresentada ao programa de Mestrado em História Social da UFBA, sob a orientação do professor Ubiratan Castro de Araújo, o trabalho de Jurema Paes foi editado pela Assembleia Legislativa da Bahia, por meio do selo Alba Cultural, e é prefaciado pelo cantor, compositor, historiador e poeta Fábio Paes.

“Neste livro, Jurema nos presenteia com a análise acurada sobre os viajantes, os artistas e os literatos, a exemplo de Elomar Figueira Mello e suas belas letras do Auto do Tropeiro Gonsalin”, destaca Fábio — que também estará presente no lançamento em Conquista.

Sob a possibilidade de apresentar o livro em Conquista, no “Dia de Reis” e diante de um concerto da orquestra regida por João Omar, filho de Elomar, Jurema não esconde a felicidade. “Figueira Mello é uma fonte de inspiração constante do meu trabalho e lançar um livro sobre tropas e tropeiros nestas condições é fascinante”, acrescenta.

A série de “Concertos Natalinos pela Paz” começou em dezembro passado e é uma realização do Instituto Incluso, com produção do Coletivo Barravento e apoio do Governo da Bahia, por meio da Superintendência de Fomento ao Turismo, SUFOTUR; e conta com investimento de recursos de emendas parlamentares dos deputados Waldenor Pereira (federal) e Zé Raimundo (estadual).



CONCERTOS NATALINOS PELA PAZ

Orquestra Conquista Sinfônica,
com regência do **Maestro João Omar**.

◆ ANO NOVO

PRF encerra Operação Ano Novo com queda no número de mortes nas BRs baianas

Número de acidentes e de feridos também diminuiu.



GOV

www.gov.br

Para que as pessoas pudessem chegar a seu destino e festejar com segurança o Ano Novo, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) reforçou a fiscalização e o trabalho de prevenção a acidentes nas rodovias federais que cortam o estado da Bahia.

As ações para o feriado se deram de 29 de dezembro a 01 de janeiro nos principais pontos de acidentalidade e incidência de práticas criminosas no estado. Além de conscientizar os usuários quanto à importância da obediência às leis de trânsito, os policiais buscaram coibir condutas que potencializam a ocorrência de acidentes graves e com vítimas.

No decorrer do feriadão prolongado 2.946 veículos foram fiscalizados e cerca de 3.592 pessoas foram abordadas em ações de policiamento da PRF nas rodovias federais da Bahia.

Acidentes, feridos e óbitos

Em relação ao mesmo período do Réveillon do ano anterior, a PRF na Bahia registrou uma redução de 16% no número de acidentes totais, foram 37 em 2022/2023 contra 31 este ano 2023/2024. Destes, 10 foram acidentes graves, quando resultam em, pelo menos, um óbito ou ferido gravemente, o que representa uma redução de 47%. Do total de acidentes registrados, 30 pessoas ficaram feridas, número que representa uma redução de 29% em relação ao mesmo período do ano passado. Entre 29/01/2023 e 01/01/2024, 07 pessoas morreram durante o feriado nas rodovias baianas, redução de 36% com relação ao ano anterior, quando 11 pessoas vieram a óbito.

A queda no número de acidentalidade reflete os esforços das ações da PRF de educação para o trânsito e de combate às infrações que mais causam acidentes graves ou potencializam a gravidade de lesões, como ultrapassagens indevidas, condução sob efeito de bebida alcoólica e o não uso dos equipamentos de segurança.

Segurança viária

Durante as abordagens, os policiais buscaram conscientizar motoristas e passageiros a respeito de condutas prudentes no trânsito, como por exemplo, a importância do uso do cinto de segurança, da acomodação correta das bagagens, do bom estado de conservação e regularização do veículo e, claro, da obediência às leis de trânsito.

Nestes quatro dias de atividades a PRF BA emitiu 2.186 notificações referentes a infrações diversas.

No ranking das infrações mais cometidas nas BRs do estado durante a Operação Ano Novo estão as ultrapassagens indevidas (716), o não uso do cinto de segurança (120), a falta da cadeirinha (33), o não uso do capacete (27) e a desobediência ao descanso obrigatório por parte dos motoristas profissionais (49). No combate à alcoolemia ao volante, 22 motoristas foram autuados por beber e dirigir; um deles acabou preso e levado para a delegacia. O excesso de velocidade merece destaque e ocupa a primeira posição no ranking. Com reforço nesse tipo de fiscalização, a PRF flagrou com o radar fotográfico 814 motoristas dirigindo acima da velocidade estabelecida para a via.

Operação Ano Novo	2023/2024 – Período: 29/12/23 a 01/01/24	2022/2023 – Período: 29/12/22 a 01/01/23
Acidentes totais	31	37
Acidentes graves	10	19
Feridos	30	42
Óbitos	7	11

Mais de 1,5 mil testes do “bafômetro” foram aplicados. A PRF registrou ainda 64 auxílios a usuários que precisaram dos agentes por problemas na viagem, a exemplo das panes mecânicas. Além disso, as equipes reduziram os riscos de acidentes ao retirarem das rodovias 202 animais que estavam soltos. Por diversos tipos de irregularidades, 79 veículos tiveram que ser recolhidos.

A PRF ressalta que a promoção de um trânsito mais seguro depende principalmente do apoio da sociedade. É preciso que todos obedeçam às leis de trânsito, tenham cautela ao conduzirem os seus veículos e tomem atitudes que promovam a segurança viária.

Enfrentamento a criminalidade

A expertise policial permitiu realizar trabalhos de prevenção e manutenção da segurança viária e da mobilidade, sem deixar de lado as atuações no combate à criminalidade.

Para o combate, especialmente, de crimes como o tráfico de drogas, o contrabando de cigarros e crimes violentos, a Operação Ano Novo foi pautada, além de informações qualificadas de inteligências, por dados estatísticos consolidados. Além disso, a operação também contou com policiais capacitados e especializados, emprego de técnicas avançadas de policiamento, tecnologia e a expertise dos PRFs, conscientes da missão institucional de proteger a sociedade.

Durante os três dias de atividades, a PRF na Bahia recuperou 03 veículos com registro de roubo ou furto. As abordagens resultaram ainda na apreensão de 8 quilos de drogas.

Destacam-se também que 16 pessoas foram detidas por práticas criminosas.

A Operação Ano Novo - encerrada ontem - é a segunda ação da PRF de reforço na fiscalização de trânsito e prevenção de acidentes no âmbito do Programa Rodovia, que começou em dezembro do ano passado e vai até depois do carnaval, com ações relacionadas à segurança viária desenvolvidas por instituições integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT). A meta é diminuir o número de acidentes, mortes e feridos no trânsito do Brasil.

*Alguns dados preliminares poderão sofrer alterações.

Sala da Mulher Empreendedora completa 4 mil atendimentos desde sua fundação

PNVC - ASCOM
www.pnvc.ba.gov.br

A Sala da Mulher Empreendedora, projeto pioneiro criado no ano de 2021, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), continua impulsionando negócios e incentivando a capacidade empreendedora das mulheres de Vitória da Conquista.

FOTO:DIVULGAÇÃO



Nesse espaço, as empreendedoras contam com uma gama de serviços, como assessoria técnica, cursos de capacitação empresarial, orientação profissional e a realização de seminários, com suporte, qualificação e oportunidades de Network para expandir seus empreendimentos. Até o final deste ano, mais de 4 mil mulheres já foram atendidas pela Sala.

Um exemplo de transformação feito pela Sala é o da artesã Rose Roque, que encontrou um ambiente propício para aprimorar suas técnicas e expandir seu negócio. "As mentorias que são oferecidas e o atendimento do espaço permitem que o aprendizado seja constante. Agora almejo crescer ainda mais no próximo ano com a ajuda da Sala", explicou Rose.

Outra empreendedora que obteve destaque foi a esteticista e cosmóloga Lila Barreto, que conseguiu avançar sua carreira e conquistar um maior reconhecimento no mercado. comecei a participar da Sala da Mulher Empreendedora, e ali foi identificado, na minha empresa, por conta da minha profissão de esteticista e cosmóloga, a possibilidade de expandir meu produto. É muito bom ver que a Prefeitura enxerga essas mulheres empreendedoras que, às vezes, estão lá no anonimato, e nos permite este acesso”, afirmou Lila.



Para melhorar ainda mais os seus serviços, a Sala conta com a parceria de instituições do sistema “S”, como o Sebrae, Senac, Sesi, Sicoob, e também da Caixa Econômica Federal, Banco do Povo e da Rede Mulheres Empreendedoras. Essas parcerias são fundamentais para garantir a efetividade dos serviços oferecidos e proporcionar um ambiente favorável para o crescimento e desenvolvimento das empreendedoras locais



Segundo a coordenadora da Sala da Mulher Empreendedora, Efigênia Ferreira, o espaço tem contribuído como alternativa para as mulheres empreendedoras de Vitória da Conquista, auxiliando no fortalecimento do empreendedorismo feminino na região, e gerando emprego e renda.



Ives Gandra da Silva Martins GOIH ComMM é um jurista, advogado, professor e escritor brasileiro, professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e membro da Academia Brasileira de Filosofia.



POR IVES GANDRA

O MARCO TEMPORAL DAS TERRAS INDÍGENAS

O Congresso Nacional derrubou o veto do Presidente da República ao marco temporal das terras indígenas e a lei foi promulgada pelo presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco. A publicação saiu na edição desta quinta-feira (28/12) do Diário Oficial da União (DOU).

Esse marco temporal foi colocado em lei para interpretar o artigo 231 da Constituição. A meu ver, o Congresso, fez o que devia ter feito, porque, de rigor, a referida lei respeita rigorosamente à Constituição.

O artigo 231 diz o seguinte:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (Grifo meu).

Como é possível perceber, quando se discutiu na Constituinte - acompanhei de perto essas discussões -, o que se pretendia é que todas aquelas terras possuídas pelos indígenas, naquele momento, teriam que a eles pertencer, não podendo ser desapropriadas nem ficar na mão de terceiros.

As terras que eles "ocupam" - presente no indicativo - eram as terras a que eles tinham direito, e não terras que ocuparam há 100 ou 200 anos, nem há muito tempo e que não ocupavam mais. Até porque, se não fosse esse marco temporal pretendido pelos Constituintes, estes teriam determinado algum outro. Ao contrário, deram a todos os índios brasileiros, o direito de ficar com aquelas terras ocupadas quando da promulgação da Constituição - e quando eu digo terras, refiro-me não só às malocas, mas também àquelas redondezas, como, por exemplo, onde pescavam, etc., enfim, aquelas terras que representam o seu habitat. Por isso é que eles puseram ocupam e não ocuparam. Foi, pois, o que os Constituintes decidiram.

O que pretendeu o presidente Lula, em seu primeiro mandato, com a decisão da Suprema Corte, é que, entre 13% e 15% do território nacional, fossem dedicados a 1 milhão de indígenas e os outros 85% dedicados a 206 milhões de brasileiros. Quando se discutia o artigo 231, na Constituinte, a avaliação é de que o Brasil deveria ter 250 mil indígenas. No momento em que se decidiu que as etnias é que definiriam, e não o local de nascimento, as terras que eles ocupavam, nós tivemos uma multiplicação dessas etnias, que estavam no Paraguai, no Peru, na Colômbia, e passaram a vir para o Brasil, pois aqui passaram a ter uma legislação que os protegia, algo que não ocorria em seus países.

Já o Congresso fez o seguinte: estamos reproduzindo em lei ordinária o que está no artigo 231 sobre o marco temporal e o Presidente Lula vetou, porque queria que todas as terras que, no passado, ocuparam - que representariam em torno de 15% do território nacional -, fossem entregues a mais ou menos 1 milhão de indígenas, cabendo aos outros 85% a 206 milhões de brasileiros.

É contra isso, também, que o Senado contesta o Supremo Tribunal Federal que também pretendeu o marco temporal alargado. Nesse particular, quando foi feita uma homenagem ao Ministro Marco Aurélio de Mello, uma pleiade de juristas escreveu dois livros em sua homenagem, e eu também o fiz. O meu escrito defendeu a posição muito clara do Ministro Marco Aurélio, dizendo o seguinte: só podemos interpretar o que está escrito na Constituição. Onde está escrito ocupam, é ocupam naquele momento, e não ocuparam num passado distante.

Parece-me, portanto, que o Congresso, ao derrubar o veto do Presidente, respeita rigorosamente o disposto no artigo 231, sem prejuízo nenhum ao direito de todos os indígenas de terem aquelas terras nas quais, naquele momento em que a Constituição foi promulgada, estavam vivendo.

Esta é a minha posição, rigorosamente de acordo com a do Ministro Marco Aurélio, com o Congresso Nacional quando definiu e promulgou o marco temporal das terras indígenas e com os Constituintes de 88.